



AVE – Associação Vimaranesa para a Ecologia

Discussão pública da Proposta de Alteração do PRR

1. Enquadramento

O presente documento constitui o contributo da AVE – Associação Vimaranesa para a Ecologia no âmbito da discussão pública da **Proposta de Alteração do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, e incide de forma muito específica no investimento **Acesso ao Avepark Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães)** do tipo de investimentos **Áreas de Acolhimento Empresarial – Acessibilidades Rodoviárias** da componente **Infraestruturas** que integra a dimensão **Resiliência**.

Esta participação surge na sequência da posição que esta Associação tem defendido desde 2015 e que foi já comunicada em 2021 aquando da discussão pública do PRR, conforme documento que disponível na ligação infra, e cujas conclusões reproduzimos de seguida.

<https://manifestoverde.files.wordpress.com/2021/03/discussao-publica-prr.pdf>

Conclusões

Resumindo e concluindo:

- 1. O Avepark é uma AAE vocacionada para acolher empresas ligadas à Ciência e Tecnologia;*
- 2. Existe um projeto (Via do Avepark) para ligar a EN101 ao Avepark numa extensão de 6,4 km com um custo estimado de 15-20M€ com o objetivo declarado de melhorar o tempo e conforto da viagem para os utentes e por essa via a atratividade da AAE;*
- 3. Não existe qualquer estudo que sustente a necessidade da Via do Avepark, cujo traçado se desenvolve em áreas da RAN e REN, com óbvios custos ambientais e paisagísticos;*
- 4. Acresce que o território de Guimarães já sofre uma enorme pressão no uso do solo com a dispersão urbanística e a rede viária que a serve, como se constata pela sua artificialização e fragmentação;*
- 5. Por outro lado, existem planos para servir o concelho (e em especial o norte com uma possível ferrovia para Braga) com um Sistema de Transportes Coletivos em Sítio Próprio que deve ser o meio de garantir a acessibilidade ao Avepark e descongestionar o tráfego local;*
- 6. O balanço do contributo da Via do Avepark para os diversos objetivos constantes do PRR é manifestamente negativo, demonstrando o seu desalinhamento com o Plano;*
- 7. Para além disso, a Via do Avepark não é uma via dedicada nem pretende garantir a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente e económica, como se entende ser pressuposto do tipo de investimento onde está incluída no PRR;*
- 8. É também manifestamente negativo o contributo da Via do Avepark para as Referências Estratégicas que orientam o Ambiente e Ordenamento do Território.*



*Por tudo o que ficou exposto, e aqui resumido, conclui-se que **não é admissível, nem tão pouco racional, avançar com um investimento que não está devidamente estudado e justificado, sabendo de antemão que terá enormes impactos sociais e ambientais e cujo objetivo pode ser conseguido através de outros projetos que se perspectivam.***

Persistir neste investimento, com a agravante de o incluir no Plano de Recuperação e Resiliência contraria o espírito do Next Generation e o compromisso de dissociação absoluta entre crescimento económico e degradação ambiental.

2. Atualização da informação disponível

Os desenvolvimentos e as novas informações disponíveis sobre a Via do Avepark vêm reforçar o nosso entendimento de que este projeto deve ser suprimido do PRR.

De acordo com o projeto, a estrada terá cerca de 7 km, 6 obras de arte que incluem 2 pontes, 3 rotundas, 15 caminhos paralelos para restabelecimentos. Desenvolve-se quase sempre em aterro ou escavação, que por vezes atingem os 20 metros, obrigando a taludes com impactos ao nível da paisagem, da ocupação do solo e da fragmentação do território.

Dois terços da extensão da infraestrutura são implementados em áreas de reserva nacional com restrições de utilidade pública. A Via do Avepark iria ocupar 158.873 m² de RAN e 68.883 m² de REN, grande parte dos quais em zonas de infiltração máxima. Note-se que cada metro de via irá inutilizar 22 m² de RAN.

Os impactos negativos significativos no ambiente são por demais evidentes e ficaram bem patentes no Parecer de Apreciação Prévia de sujeição a Avaliação de Impacte Ambiental (PAP-AIA) emitido pela Agencia Portuguesa do Ambiente (APA) em 2019.

Em 2021, a via de acesso ao Avepark é inscrita no PRR e é solicitada à APA reapreciação do PAP-AIA, que obteve em resposta um ofício da APA a solicitar as alegadas discrepâncias que o Município usou como argumento no pedido de reapreciação.

Em Fevereiro de 2022, a APA emite um novo parecer no qual isenta o projeto da sujeição a AIA. Com base no que conhecemos do projeto não nos pareceu razoável ou justificável a reviravolta no parecer desta entidade, pelo que a AVE solicitou à APA a documentação que esta exigiu ao Município de Guimarães onde fosse **“demonstrado, clara e inequivocamente, de que forma se alteraram os pressupostos que suportaram o parecer de sujeição a AIA anteriormente emitido.”** Apesar do tempo decorrido, e da nossa queixa à Comissão de Acesso a Documentos Administrativos, ainda não obtivemos qualquer resposta ou esclarecimento por parte da APA, numa clara violação da Convenção de Aarhus, privando esta Associação do acesso à informação ambiental e por essa via limitando substancialmente o direito de acesso à justiça ambiental.

Também existem novos desenvolvimentos ao nível do custo do projeto. A Via do Avepark chegou a ter uma estimativa de 15-20 milhões de euros mas foi depois inscrita no PRR com



uma dotação de 12,6 milhões. Entretanto o Município de Guimarães anunciou publicamente que o projeto tem um custo estimado (sem expropriações) de 39,5 Milhões de Euros. Este brutal aumento evidencia ainda mais a falta de racionalidade financeira desta estrada que terá um custo de 6 milhões de euros por km. Estaremos atentos à justificação que será dada à União Europeia para esta diferença no custo da Via de Acesso ao Avepark.

Deve ainda ser reforçada a informação adicional sobre o transporte coletivo em via dedicada previsto para a zona norte do concelho, e que pode e deve ser a solução de mobilidade sustentável para servir o Avepar.

No orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2023 foi inscrita a verba de 1 milhão de euros na temática Transportes e Mobilidade Sustentável para que o Município de Guimarães desenvolva os estudos necessários ao projeto BRT Braga-Guimarães, que contempla um ramal de ligação ao Avepark.

Considerando todos os impactes deste projeto, a AVE, um grupo alargado de residentes afetados e população em geral, estão determinados em impedir que a Via do Avepark avance sem que tenha sido feita a respetiva Avaliação de Impacte Ambiental, conforme determina a legislação europeia e nacional. O Parecer da APA que isenta o projeto de AIA, assim como outros atos administrativos ilegais, irão ser sistematicamente contestados nos tribunais.

Pelo exposto, reiteramos que **não é admissível, nem tão pouco racional, avançar com um investimento que não está devidamente estudado e justificado, sabendo de antemão que terá enormes impactes sociais, ambientais e financeiros e cujo objetivo pode ser conseguido através de outros projetos que se perspectivam, pelo que solicitamos que ponderem suprimir do PRR a Via de Acesso ao Avepark.**

Os documentos referidos nesta participação, bem como outros que entendemos serem relevantes neste processo, estão disponíveis na ligação infra.

<https://ave-ecologia.org/via-do-avepark/documentos-relevantes/>

Guimarães, 20 de Abril de 2023